

## ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA ATENÇÃO PRIMÁRIA FRENTE AO ABUSO SEXUAL INFANTIL

NURSING ROLE IN PRIMARY CARE IN ADDRESSING CHILD SEXUAL ABUSE

ACTUACIÓN DE LA ENFERMERÍA EN LA ATENCIÓN PRIMARIA ANTE EL ABUSO SEXUAL INFANTIL

Talita Lima Marcelino<sup>1</sup>

Átila Moura Teixeira<sup>2</sup>

Rodolfo de Melo Nunes<sup>3</sup>

Karoline Galvão Pereira Paiva<sup>4</sup>

**RESUMO:** O abuso sexual de crianças como envolver uma criança em uma atividade sexual que ele ou ela não compreende totalmente, não tem capacidade para dar seu consentimento informado ou para o qual a criança, por seu desenvolvimento, não está preparada e não pode consentir ou que viola as leis. O estudo tem como objetivo geral identificar na literatura a atuação de enfermagem da atenção primária frente ao abuso sexual infantil. Trata-se de uma revisão de literatura, a coleta foi nas bases de dados Base de Dados de Enfermagem (BDENF) e Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e SCIELO. Os critérios de inclusão para estabelecer a amostra serão: artigos originais, gratuitos e completos, no idioma português publicados no período de 2012 a 2022, para reunir as evidências dos últimos 10 anos. A pesquisa resultou 10 artigos, em que evidenciou que os enfermeiros da atenção primária realização a notificação, consulta de enfermagem, exame físico e encaminhamento para o hospital. Porém, os profissionais ainda sentem não capacitados para realizar assistência de enfermagem as crianças vítimas de abuso sexual. Por fim, é necessário capacitar os profissionais de enfermagem para saber lidar com as situações de abuso sexual infantil, ofertando dentro dos ambientes de saúde oficinas, cursos e palestras sobre a temática.

881

**Palavras-chave:** Abuso Sexual na Infância. Enfermagem e Atenção Primária à Saúde.

**ABSTRACT:** Child sexual abuse as involving a child in a sexual activity that he or she does not fully understand, does not have the capacity to give informed consent to, or to which the child, developmentally, is not prepared and cannot consent, or which violates the laws. The general objective of the study is to identify in the literature the role of primary care nursing in the face of child sexual abuse. This is a literature review, collected in the Nursing Database (BDENF) and Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS) and SCIELO databases. The inclusion criteria to establish the sample will be: original, free and complete articles, in the Portuguese language published between 2012 and 2022, to gather evidence from

<sup>1</sup> Enfermeira – UNIFAMETRO.

<sup>2</sup> Enfermeiro e Especialista – UNIFAMETRO.

<sup>3</sup> Doutor em Ciências Médicas - UFC; Professor dos Cursos da Saúde - UNIFAMETRO/UNIJAGUARIBE/MULTIVERSA. Farmacêutico - UFC.

<sup>4</sup> Mestre em Enfermagem - UNILAB; Professora do Curso de Enfermagem – UNIFAMETRO. Enfermeira – UNIFAMETRO.

the last 10 years. The research resulted in 10 articles, which showed that primary care nurses carry out notification, nursing consultation, physical examination and referral to the hospital. However, professionals still feel that they are not qualified to provide nursing care to children who are victims of sexual abuse. Finally, it is necessary to train nursing professionals to know how to deal with situations of child sexual abuse, offering workshops, courses and lectures on the subject within health environments.

**Keywords:** Childhood Sexual Abuse, Nursing and Primary Health Care.

**RESUMEN:** El abuso sexual de niños implica involucrar a un niño en una actividad sexual que él o ella no comprende completamente, no tiene capacidad para dar su consentimiento informado o para la cual el niño, debido a su desarrollo, no está preparado y no puede consentir, o que viola las leyes. El objetivo general del estudio es identificar en la literatura la actuación de la enfermería de atención primaria frente al abuso sexual infantil. Se trata de una revisión de la literatura, con recolección de datos en las bases de datos Base de Datos de Enfermería (BDENF), Literatura Latinoamericana y del Caribe en Ciencias de la Salud (LILACS) y SCIELO. Los criterios de inclusión para establecer la muestra fueron: artículos originales, gratuitos y completos, en idioma portugués, publicados en el período de 2012 a 2022, con el fin de reunir las evidencias de los últimos 10 años. La investigación resultó en 10 artículos, en los que se evidenció que los enfermeros de atención primaria realizan la notificación, consulta de enfermería, examen físico y derivación al hospital. Sin embargo, los profesionales aún sienten que no están capacitados para brindar asistencia de enfermería a los niños víctimas de abuso sexual. Por último, es necesario capacitar a los profesionales de enfermería para que sepan cómo manejar situaciones de abuso sexual infantil, ofreciendo dentro de los entornos de salud talleres, cursos y conferencias sobre el tema.

**Palabras clave:** Abuso Sexual Infantil. Enfermería y Atención Primaria de Salud.

## INTRODUÇÃO

Até o século XX, a infância e a adolescência não eram reconhecidas como fases distintas do desenvolvimento humano, e as crianças eram frequentemente representadas como miniaturas de adultos na arte medieval. A diferenciação entre infância e idade adulta começou a surgir no século XIII, mas foi apenas no final do século XIX e início do século XX que a adolescência foi reconhecida como uma fase do desenvolvimento (Neto; Resende; Carvalho, 2022). A Organização Mundial da Saúde (OMS) define o abuso sexual infantil como qualquer atividade sexual envolvendo uma criança que não compreende totalmente ou não pode dar consentimento devido à sua imaturidade ou desenvolvimento, além de ser ilegal (Silva; Ferrianni; Silva, 2011). Crianças, por sua vulnerabilidade biológica, cognitiva e social, especialmente em contextos adultocêntricos, são alvos fáceis para abusadores, que se aproveitam dessa imaturidade para manipular e ocultar o abuso (Neto; Resende; Carvalho, 2022).

As consequências do abuso sexual infantil se manifestam de várias maneiras ao longo da vida da vítima, incluindo danos físicos, psicológicos, sociais e sexuais. Entre os efeitos estão lesões físicas, infecções sexualmente transmissíveis, fraturas e gravidez (Rankings, 2015). A pesquisa justifica-se pela necessidade de investigar como os profissionais de enfermagem na Atenção Primária à Saúde (APS) no Brasil estão atuando no combate ao abuso infantil, especialmente em termos de prevenção e cuidado às vítimas mais vulneráveis. O estudo busca identificar, na literatura, as ações da enfermagem nesse contexto e discutir as diversas formas de combate ao abuso e suas consequências em diferentes esferas da vida.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei Federal nº 8.069 em 13 de julho de 1990, regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal e define crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, que requerem proteção integral e prioritária por parte da família, sociedade e Estado (Brasil, 2023). De acordo com o artigo 98, as medidas de proteção são aplicáveis sempre que houver ameaça ou violação de direitos por ação ou omissão da sociedade, Estado, pais ou responsáveis, ou em razão da conduta da própria criança ou adolescente (Brasil, 1990). O ECA também estabelece, no artigo 5º, que nenhuma criança ou adolescente será submetido a negligência, discriminação, exploração, violência ou qualquer forma de opressão, sendo garantida a punição legal em casos de atentados a seus direitos fundamentais (Brasil, 1990).

883

Além disso, o artigo 8º do ECA reforça o dever de todos em garantir a dignidade e proteção das crianças e adolescentes contra qualquer tratamento desumano ou constrangedor (Brasil, 1990). O estatuto introduz novas formas de relação entre o Poder Público e a sociedade, destacando o Conselho Tutelar como um canal de organização e participação civil, responsável por zelar pelos direitos infanto-juvenis. O surgimento do ECA ocorreu em um contexto de reabertura democrática no Brasil, com o objetivo de promover os direitos sociais, econômicos e civis dos jovens, garantindo sua proteção e desenvolvimento, ao invés de simplesmente controlar suas ações (Brambilla; Avoglia, 2010). No art. 98 traz (BRASIL, 1990).

A violência sexual contra crianças ocorre quando a vítima é obrigada a realizar práticas sexuais por meio de poder, força física ou influência psicológica, sendo o abuso sexual uma das formas mais comuns dessa violência. Muitas vezes, o abuso sexual infantil acontece no contexto intrafamiliar, com o agressor sendo, na maioria dos casos, uma figura masculina próxima, como o pai, padrasto, tio ou irmão (Silva, 2018). Esse tipo de violência não deve ser visto como algo natural relacionado ao gênero masculino, mas sim como uma expressão cultural do machismo

(Silva, 2018). A criança, devido à sua vulnerabilidade e estágio de desenvolvimento, nunca deve ser culpabilizada pelo abuso, pois o agressor utiliza diversas estratégias para exercer poder sobre a vítima (Brasil, 2021). A sociedade muitas vezes silencia sobre o abuso infantil, em parte devido ao tabu em torno da sexualidade, e as famílias, especialmente as mães, podem negar ou ocultar os abusos por medo das consequências sociais e familiares (Gomes; Santos, 2018; Silva; Ferrianni; Silva, 2011).

A prevenção e combate ao abuso sexual infantil no Brasil têm avançado, especialmente com a criação de mecanismos de proteção como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assegura a proteção integral das crianças e adolescentes (Neto; Resende; Carvalho, 2022). Profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) desempenham um papel crucial nesse enfrentamento, promovendo palestras e orientações sobre o tema (Batista; Gomes; Villacorta, 2022). As consequências do abuso sexual infantil são profundas e podem impactar o desenvolvimento físico, emocional e psicológico das vítimas, causando desde doenças sexualmente transmissíveis até traumas psicológicos, como ansiedade e depressão (Pelisoli; Piccoloto, 2010). Portanto, é fundamental que se discuta os direitos sexuais e se promova a educação sobre a prevenção do abuso, desmistificando estereótipos e fortalecendo a proteção das crianças (Silva; Ferrianni; Silva, 2011).

A prevenção do abuso sexual infantil passa, de maneira central, pela educação sexual adequada, uma estratégia comprovadamente eficaz. Embora a sexualidade seja um tema cercado de tabu na sociedade, é essencial que as crianças sejam orientadas de forma apropriada para a sua faixa etária (Silva, 2018). A educação sexual vai muito além de discussões sobre sexo; envolve ensinar as crianças a nomear corretamente suas partes íntimas, compreender privacidade, limites corporais e afetividade. O processo deve ser leve e interativo, possibilitando que a criança se sinta à vontade para tirar dúvidas e relatar situações de risco a adultos de confiança (Gomes; Santos, 2018). Crianças bem informadas são menos vulneráveis ao abuso, enquanto aquelas desinformadas podem ser facilmente manipuladas e não reconhecerem a violência sofrida (Gomes; Santos, 2018).

Além da educação sexual infantil, a prevenção envolve uma abordagem intersetorial, com a participação de profissionais da saúde, educação, assistência social e justiça, que atuam em rede para combater a violência e proteger as vítimas (Silva, 2018). Estratégias como visitas domiciliares, discussões em equipe, atividades em grupo, e promoção de conteúdos educativos em consultas são formas de enfrentamento utilizadas na Atenção Primária à Saúde (Batista;

Gomes; Villacorta, 2022). Campanhas midiáticas, o uso de canais de denúncia como o disquedenúncia, e o tratamento de abusadores também são ferramentas importantes para prevenir o abuso sexual (Pelisoli; Piccoloto, 2010). O mês de maio, conhecido como "Maio Laranja", é um período dedicado ao combate ao abuso e exploração sexual infantil, com ações específicas de conscientização (Batista; Gomes; Villacorta, 2022).

## MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura. Segundo Botelho, Cunha e Macedo (2011) revisão integrativa é: "A síntese e análise de conhecimento científico já produzido sobre o tema investigado" (Botelho; Cunha; Macedo, 2011).

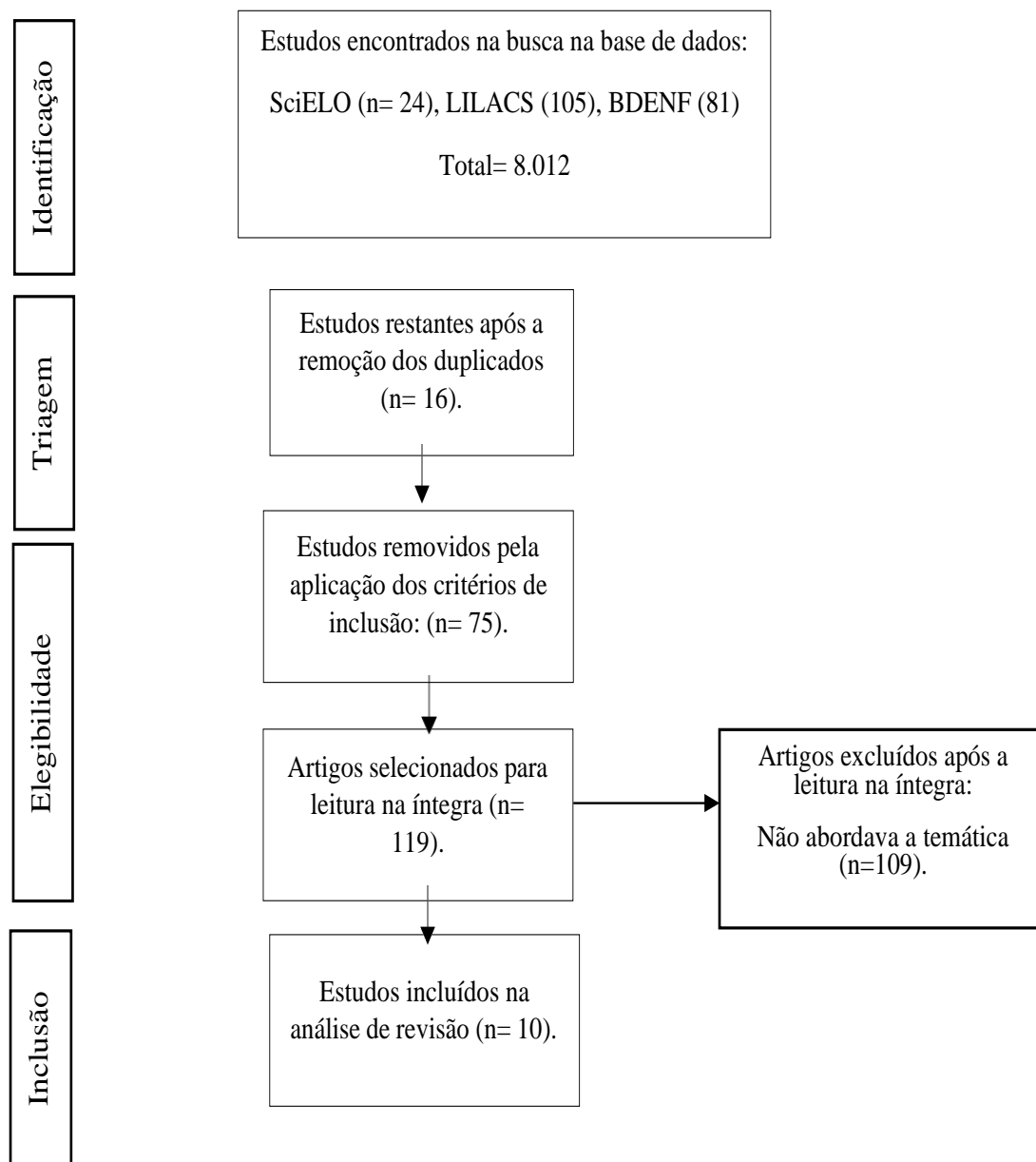
Neste estudo optou-se por percorrer as seguintes etapas: estabelecimento da hipótese e objetivos da revisão integrativa; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão de artigos (seleção da amostra); definição das informações a serem extraídas dos artigos selecionados; análise dos resultados; discussão e apresentação dos resultados e a última etapa consistiu a apresentação da revisão (Mendes; Silveira; Galvão, 2008). A pesquisa foi realizada entre outubro e novembro de 2023.

A coleta foi nas bases de dados Base de Dados de Enfermagem (BDENF) e Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e SCIELO. E os descritores utilizados foram: Na análise e posterior síntese dos artigos que atenderam aos critérios de inclusão foram utilizado um quadro sinóptico especialmente construído para esse fim, que irá contemplar os seguintes aspectos considerados pertinentes: base de dados; nome dos autores e ano; objetivo e principais resultados.

Os critérios de inclusão para estabelecer a amostra foram: artigos originais, gratuitos e completos, no idioma português publicados no período de 2012 a 2022, para reunir as evidências dos últimos 10 anos. E os critérios de exclusão foram os artigos que não abordam a temática e artigos de revisões. A amostra final será composta por estudos que atendam os critérios de inclusão e exclusão, bem como o objetivo proposto nesta pesquisa. A apresentação será realizada por meio de um quadro sinóptico que representará a síntese do conhecimento.

A busca resultou em um total de 210 artigos. Após a exclusão de artigos duplicados ( $n = 16$ ), após os critérios de inclusão e exclusão ( $n=75$ ), um total de referências ( $n=119$ ) foi submetido à leitura de títulos e resumos. O procedimento completo de seleção dos artigos para a revisão pode ser visualizado no diagrama da Figura 1.

Figura 1: Diagrama de seleção dos artigos.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente revisão integrativa abrangeu 10 artigos publicados entre 2012 e 2022, explorando a atuação dos profissionais de enfermagem no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Os principais achados da revisão foram organizados conforme a análise dos artigos, destacando as características e resultados mais relevantes.

Tabela 1 – Caracterização dos artigos.

AUTORES	TÍTULO	ANO	OBJETIVO	REVISTA
Marcolino et al	Violência contra criança e adolescente: atuação do enfermeiro na atenção primária à saúde.	2022	Analisar a atuação dos enfermeiros em casos suspeitos ou confirmados de violência contra crianças e adolescentes na Atenção Primária à Saúde.	Rev Bras Enferm.
Marques et al	Violência contra crianças e adolescentes: atuação da Enfermagem.	2021	Analisar a atuação dos profissionais de Enfermagem da Estratégia Saúde da Família sobre a identificação e notificação dos casos de violência contra crianças e adolescentes.	Rev enferm UFPE on line
Freitas et al	Violência Intrafamiliar Contra Criança e Adolescente: o papel da Enfermagem.	2021	Compreender a assistência de enfermagem diante de crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar.	Rev FunCare Online.
Silva et al	Desafios da atuação do enfermeiro frente à violência sexual infanto-juvenil.	2021	Identificar a percepção de enfermeiros quanto aos desafios enfrentados durante sua atuação frente à violência sexual infantojuvenil.	Journal of Nursing and Health
Santos et al	Experiências de profissionais de saúde no manejo da violência infantil.	2020	Conhecer a experiência de profissionais de saúde da atenção básica no manejo da violência infantil.	Rev. baiana enferm.
Freitas, R. J. M et al	Assistência dos profissionais de saúde às crianças e adolescentes em situações de violência.	2020	Compreender a assistência realizada pelos profissionais de saúde às crianças e adolescentes que vivenciam situações de	Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.

			violência.	
Hohendorff; Patias.	Violência sexual contracrianças e adolescentes: identificação, consequência  e indicações de manejo.	2017	Descrever o(s) conceito(s) de VS, suas consequências e indicações de manejo.	Revista Barbarói
Galindo et al	Violência infanto- juvenil sob a ótica da enfermagem.	2017	Analisar o conhecimento dos enfermeiros acerca dos tipos de violência infanto- juvenil, identificando a conduta, as dificuldades e as possíveis ações de prevenção e promoção à saúde que são desenvolvidas nas Estratégias Saúde da Família.	Rev. enferm. UFPE on line
Leite et al	Enfrentamento da violência doméstica contra crianças e adolescentes  na perspectiva de enfermeiros da atenção básica.	2016	Analisar as ações relatadas por enfermeiros da atenção básica no enfrentamento da violência doméstica contra crianças e adolescentes.	Rev. Gaúcha Enferm.
Ávila; Oliveira; Silva	Conhecimento dos Enfermeiros frente ao abuso sexual.	2012	Conhecer a prática profissional dos enfermeiros de cinco Unidades Básicas de Saúde da família de um município do extremo sul do Brasil, quanto ao abuso sexual com crianças e adolescentes.	Avances en enfermería .



### 3.1. Atuação na Atenção Primária

Conforme observado por Marcolino et al. (2022), os enfermeiros desempenham um papel central na detecção de violência, especialmente durante exames físicos realizados nas consultas de enfermagem. Além disso, são ativos na promoção da saúde em ambientes escolares, com o suporte de equipes multiprofissionais, ainda que, muitas vezes, haja transferência de responsabilidades para outros setores, o que pode impactar negativamente a continuidade do cuidado. De forma semelhante, Wilhsson et al. (2023) destacam a atuação dos enfermeiros na identificação de violência entre estudantes, enfatizando a abordagem colaborativa e aberta com outros profissionais da saúde. Complementando, Emmerling et al. (2022) reforçam a importância da triagem de pacientes em risco, ressaltando a integração com equipes multiprofissionais como essencial para o manejo eficaz. Esses dados sublinham a relevância dos enfermeiros na atenção primária, não só na identificação de violência, mas também na execução de ações colaborativas que visam a prevenção.

### 3.2. Notificação de Violência

A subnotificação de casos de violência, especialmente envolvendo crianças e adolescentes, continua sendo um desafio importante. Marques et al. (2021) apontam que apenas 11,6% dos enfermeiros notificam as situações de violência, revelando um padrão preocupante de omissão. Além disso, Galindo et al. (2017) mencionam que a resistência dos profissionais em notificar está, muitas vezes, associada ao medo de retaliações. Este comportamento foi confirmado por Laranjeira (2021), que observou uma hesitação generalizada entre os enfermeiros, fundamentada pela crença de que a notificação dificilmente produziria mudanças efetivas. Cole et al. (2019) adicionam que essa relutância também está associada à desconfiança na eficácia do sistema, somada ao receio de retaliação. Diante desse cenário, fica evidente a necessidade de implementar medidas institucionais que ofereçam maior segurança aos enfermeiros e promovam a confiança no processo de notificação, além de garantir capacitação adequada para enfrentar essas barreiras.

### 3.3. Violência Intrafamiliar e Desafios

O manejo da violência intrafamiliar coloca os enfermeiros diante de desafios complexos. Freitas et al. (2021) destacam que, embora os profissionais compreendam a gravidade e os diferentes tipos de violência, há uma evidente falta de capacitação. Acredita-se

que o papel dos enfermeiros seja ouvir os pais, notificar os casos e acionar os órgãos competentes. Contudo, a insegurança no manejo dessas situações representa uma barreira significativa. Silva et al. (2021) também ressaltam essa falta de confiança, particularmente ao tratar de violência sexual infantil, o que resulta em abordagens fragmentadas e individualizadas. Rochar et al. (2022) reforçam a necessidade urgente de capacitação específica para que os enfermeiros possam atuar com mais eficiência. Diante desse cenário, fica clara a urgência de um investimento contínuo na formação desses profissionais para que possam lidar de maneira mais integrada e eficaz com a violência intrafamiliar.

#### 3.4. Limitações no Manejo e Atendimento

As equipes de saúde enfrentam dificuldades significativas no atendimento a casos de violência, como evidenciado por Santos et al. (2020), que apontam a naturalização da violência no ambiente familiar, a falta de apoio comunitário e a desarticulação das instituições da rede de proteção como os principais entraves. Freitas, R. J. M. et al. (2020) acrescentam que, apesar das consultas individuais e das atividades em grupo realizadas com as vítimas e suas famílias, há limitações substanciais na resolução dos casos, causadas em grande parte pelo modelo de saúde reducionista. Souza (2019) reforça essa visão, destacando as lacunas nos serviços de apoio e a precariedade estrutural como fatores que contribuem para a resposta insuficiente às demandas. Colombini et al. (2020) corroboram a necessidade de maior coordenação dentro dos sistemas de saúde para melhorar a resposta dos profissionais. Já Spicer et al. (2020) apontam que a fragmentação dos serviços de saúde dificulta a colaboração entre instituições, gerando barreiras que comprometem a efetividade do atendimento. Torna-se evidente a necessidade de uma revisão profunda nos modelos de atendimento e na integração das redes de proteção à violência para superar essas limitações.

#### 3.5. Capacitação e Protocolos

A inexistência de protocolos padronizados para o atendimento de vítimas de abuso sexual é uma das barreiras mais críticas enfrentadas pelos enfermeiros, conforme identificado por Ávila, Oliveira e Silva (2012). Esses profissionais frequentemente se veem obrigados a encaminhar os casos para hospitais, mas com limitações significativas no apoio oferecido às vítimas e suas famílias. Leite et al. (2016) reforçam que os enfermeiros muitas vezes se limitam à notificação dos casos, sem dar continuidade ao acompanhamento, o que compromete a

qualidade do cuidado prestado. Hulick et al. (2022) apontam que a falta de ferramentas de triagem e protocolos formais nos departamentos de emergência reduz a eficácia no atendimento às vítimas. Da mesma forma, Silva et al. (2020) e Langness et al. (2022) destacam que barreiras como a falta de recursos e locais inadequados impactam diretamente o cuidado imediato às vítimas, além de variar a implementação de protocolos forenses como o SAFE. Assim, a criação de protocolos universais e a capacitação contínua dos enfermeiros são urgentes para garantir um atendimento padronizado e eficaz.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo ressalta a importância dos enfermeiros na identificação e manejo de casos de violência, especialmente em ambientes escolares e na atenção primária à saúde, mas aponta desafios como a subnotificação e a falta de capacitação adequada. A implementação de protocolos claros, a educação sexual infantil e o fortalecimento das redes de apoio são fundamentais para melhorar a resposta às vítimas. A capacitação contínua dos profissionais de saúde, através de cursos e oficinas, é essencial, assim como a realização de pesquisas que aprimorem as práticas de cuidado e atendimento às crianças vítimas de abuso sexual, garantindo um suporte eficaz para as vítimas e suas famílias.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, M. K. B.; GOMES, W. S.; VILLACORTA, J. A. M. Abuso sexual contra crianças: construindo estratégias de enfrentamento na Atenção Primária à Saúde em um município da região metropolitana do Recife. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 208-220, dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/vwbB75BZDcrTx3V4Qj84pHB/>. Acesso em: 30 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes – abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional**. Brasília, 2021.

COLE, D. A.; BERSICK, E.; SKARBEEK, A.; CUMMINS, K.; DUGAN, K.; GRANTOZA, R. The courage to speak out: A study describing nurses' attitudes to report unsafe practices in patient care. **Journal of Nursing Management**, v. 27, p. 1176-1181, 2019.

COLOMBINI, M. et al. Exploring health systems readiness for domestic violence in Brazil and Palestine. **European Journal of Public Health**, v. 30, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/eurpub/ckaa165.1267>.

EMMERLING, S.; CROLAND, J.; NIMTZ-RUSCH, K. Selecting an instrument for assessing the risk of patient violence across a healthcare system. **JONA: The Journal of Nursing Administration**, v. 52, p. 314-318, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1097/NNA.0000000000001152>.

FREITAS, R. J. M. et al. Assistência dos profissionais de saúde às crianças e adolescentes em situações de violência. **Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 1, jan./mar. 2020. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-69762020000100002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762020000100002). Acesso em: 30 out. 2024.

FREITAS, R. J. M. et al. Violência intrafamiliar contra criança e adolescente: o papel da enfermagem. **Rev Fun Care Online**, p. 13:1154-1160, jan./dez., 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i14.35876>. Acesso em: 20 abr. 2024.

GOMES, I. A.; SANTOS, E. A. Educação sexual na educação infantil: combate e prevenção ao abuso sexual na infância. **RCC**, v. 3, n. 1, p. 61-66, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rcc/article/view/3095/2483>. Acesso em: 30 out. 2023.

HULICK, J. et al. Current practices and nurse readiness to implement standardized screening for commercially and sexually exploited individuals in emergency departments in Western Washington hospitals. **Advanced Emergency Nursing Journal**, v. 44, p. 322-332, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1097/TME.000000000000427>.

HOHENDORFF, J. V.; PATIAS, N. D. Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação, consequências e indicações de manejo. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 49, p. 239-257, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/9474>. Acesso em: 30 out. 2024.

LANGNESS, M. et al. Examining the implementation of the National Protocol for Sexual Assault Medical Forensic Examinations. **Journal of Forensic Nursing**, v. 18, p. 67-77, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1097/JFN.000000000000369>.

LARANJEIRA, C. A reflection on: Byon et al. (2021) "Nurses' experience with type II workplace violence and underreporting during the COVID-19 pandemic". **Workplace Health & Safety**, v. 70, p. 124-125, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/21650799211044914>.

MARCULINO, E.; SANTOS, R.; CLEMENTINO, F.; SOUTO, R.; SILVA, G.; MIRANDA, F. Violence against children and adolescents: nurse's actions in primary health care. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 75(Suppl 2), e20210579, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0579>. Acesso em: 30 out. 2023.

MARCOLINO, E. C. et al. Violência contra criança e adolescente: atuação do enfermeiro na atenção primária à saúde. **Rev Bras Enferm**, 2022;75. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0579> e20210579. Acesso em: 30 out. 2023.

NETO, W. F. N.; REZENDE, M. G. C.; CARVALHO, C. S. O abuso sexual infantil e a cultura do silêncio: machismo, racismo e adultocentrismo em questão. **Periódicus**, Salvador, n.

16, v. 2, set./dez. 2021. Disponível em:  
<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/download/34866/25317/182469>  
. Acesso em: 28 set. 2023.

ROCHAR, K. et al. Nurses' performance in front of children and adolescents in situations of sexual violence: An integrative review of the literature. **International Journal of Advanced Engineering Research and Science**, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22161/ijaers.910.62>.

SANTOS, L. F. et al. Experiências de profissionais de saúde no manejo da violência infantil. **Rev. Baiana Enferm**, Salvador, v. 33, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/33282>. Acesso em: 30 out. 2023.

SILVA, I. M. et al. Nursing in the immediate care of the victim of sexual violence. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, p. e9059109281, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i10.9281>. Acesso em: 14 set. 2024.

SILVA, L. M. P.; FERRIANI, M. DAS G. C.; SILVA, M. A. I. Atuação da enfermagem frente à violência sexual contra crianças e adolescentes. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 64, n. 5, p. 919-924, set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/Pg3yqbv88yB3VxWrLqV8g4h/#ModalHowcite>. Acesso em: 28 set. 2023.

SILVA, M. M. Contextualização da sexualidade e violência sexual infantil: o papel da psicologia mediante casos de suspeita de abuso. **Pretextos**, v. 3, n. 6, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/16028/13627>. Acesso em: 30 out. 2023. 893

SPICER, N.; AGYEPONG, I.; OTTERSEN, T.; JAHN, A.; OOMS, G. 'It's far too complicated': why fragmentation persists in global health. **Globalization and Health**, v. 16, n. 1, p. 60, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12992-020-00592-1>.

WILHSSON, M.; SILVA, E.; LÖF, S.; LARSSON, M. Swedish school nurses' experience of identifying students who are exposed to violence – a qualitative study. **British Journal of Child Health**, v. 4, n. 3, p. 122-129, jun./jul. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12968/chhe.2023.4.3.122>.